

**Administração Central**  
Coordenadoria Geral de Infraestrutura

## **PORTARIA DE N.º 01, DE 21 DE OUTUBRO DE 2025**

***Dispõe sobre a regulamentação dos atos praticados para o cumprimento das atribuições da Coordenadoria de Engenharia (CENG).***

**A DIRETORA DA COORDENADORIA DE ENGENHARIA (CENG) DA COORDENADORIA GERAL DE INFRAESTRUTURA (CGINF) DO CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA (CEETEPS)**, com fundamento no Decreto Estadual nº 69.666, de 30 de junho de 2025 e demais normas aplicáveis.

Considerando a necessidade de regulamentar e padronizar os procedimentos relacionados à execução de suas atividades.

Considerando a eficiência e a eficácia que devem ser aplicadas no desenvolvimento dos trabalhos:

RESOLVE expedir a presente portaria, visando regulamentar os atos praticados no cumprimento das suas atribuições:

### **TÍTULO I – DA COORDENADORIA DE ENGENHARIA – ESTRUTURA E ATRIBUIÇÕES**

**Artigo 1º** - A Coordenadoria de Engenharia (CENG) tem as suas atribuições relacionadas à prática dos atos e procedimentos necessários à execução de obras, reformas, manutenção e demais serviços de engenharia, nos termos das normas aplicáveis e dos princípios correlatos, por meio das seguintes divisões:

I - Divisão de Projetos (DP);

II - Divisão de Orçamentos de Obras (DOO);

III - Divisão de Obras (DOB); e

III – Divisão de Conservação e Manutenção Predial das Unidades de Ensino (DCMP).

Parágrafo único - Compete às Divisões, mencionadas nos incisos deste artigo, observar e regulamentar as políticas instituídas pelo *Compliance* do CEETEPS no âmbito das suas atuações, disponibilizando periodicamente indicadores de desempenho extraídos dos controles realizados para o cumprimento das atribuições.

**Administração Central**  
Coordenadoria Geral de Infraestrutura

**Artigo 2º** - À coordenação do CENG compete planejar, acompanhar, controlar e decidir sobre as ações, visando o cumprimento efetivo das atribuições das suas divisões, previstas, bem como a realização das atribuições provenientes de delegações por autoridades administrativas superiores e das avocações oriundas de ato(s) próprio(s), para melhor adequação das atividades atinentes aos seus setores, observando os princípios que regem a Administração Pública.

**Artigo 3º** - Compete à CENG, por intermédio de suas divisões, realizar vistorias técnicas e emitir relatórios, no que tange às suas atribuições e/ou para o atendimento das necessidades da CGINF.

## **TÍTULO II – DOS ATOS PRATICADOS PELA DIVISÃO DE PROJETOS**

**Artigo 4º** - A Divisão de Projetos (DP) tem por obrigação e responsabilidade a execução das atribuições contidas no artigo 101, da Portaria CEETEPS-GDS nº 4547, de 29 de julho de 2025 nos termos do presente ato normativo e da instrução de serviços editada pela DP, além de outras oriundas de delegação.

**Artigo 5º** - Compete à DP elaborar anteprojetos e/ou projetos básicos, memoriais descritivos e especificações técnicas referente às obras ou reformas de bens imóveis sob a responsabilidade do CEETEPS, bem como acompanhar suas revisões durante a execução da obra.

§ 1º - Quando o projeto demandar alta complexidade ou em decorrência da quantidade de demandas, poderá ser objeto de delegação à empresa(s) terceirizada(s) contratada(s) para esse fim.

§ 2º - Em havendo a delegação prevista no parágrafo anterior, compete à DP analisar e fiscalizar os atos praticados e o(s) contrato(s) celebrados.

§ 3º - A elaboração de projeto executivo, poderá ser delegada à empresa contratada para esse fim ou para a execução da obra ou reforma de bens imóveis sob a responsabilidade do CEETEPS, devendo ser analisada e fiscalizada pela DP.

§ 4º - Os projetos para mudanças no *layout* da Administração Central do CEETEPS serão realizados pela DP, tendo em vista as suas atribuições e as normas regulamentadoras, ou, quando não o fizer de forma direta, deverá gerenciar a sua elaboração, e sua respectiva aprovação.

**Artigo 6º** - Compete à DP realizar vistorias técnicas e emitir relatórios, visando a elaboração de anteprojetos e/ou projetos básicos, memoriais descritivos e especificações técnicas referente às obras ou reformas de bens imóveis sob a

**Administração Central**  
Coordenadoria Geral de Infraestrutura

responsabilidade do CEETEPS bem como acompanhar suas revisões durante a execução da obra.

**Artigo 7º** - Cabe à DP identificar e fornecer os subsídios técnicos necessários para a gestão e o tratamento dos riscos inerentes às suas atividades. Compete também à DP orientar e produzir informações gerenciais que apoiem a tomada de decisões da Coordenadoria Geral de Infraestrutura (CGINF) e da Coordenadoria de Engenharia (CENG), no âmbito de suas respectivas atribuições.

Parágrafo único - Cumpre à DP, orientar as demais áreas administrativas do CEETEPS e Unidades de Ensino, no que tange às suas atribuições.

**Artigo 8º** - Compete à DP fornecer subsídios técnicos à CGINF e à CENG, nas demandas oriundas do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP), Ministério Público e demais entes e órgãos públicos, no que tange às suas atribuições.

**Artigo 9º** - Os procedimentos adotados para o cumprimento das suas atribuições serão estabelecidos por meio de instrução de serviços editada pela DP, observando as normas aplicáveis.

### **TÍTULO III – DOS ATOS PRATICADOS PELA DIVISÃO DE ORÇAMENTOS DE OBRAS**

**Artigo 10º** - A Divisão de Orçamentos de Obras (DOO) tem por obrigação e responsabilidade a execução das atribuições contidas no artigo 102, da Portaria CEETEPS-GDS nº 4547, de 29 de julho de 2025, nos termos do presente ato normativo e da instrução de serviços editada pela DOO, além de outras oriundas de delegação.

**Artigo 11** - Compete à DOO elaborar os orçamentos de obras ou reformas de bens imóveis sob a responsabilidade do CEETEPS, bem como suas atualizações de preços.

§ 1º - A elaboração de orçamento, poderá ser delegada à empresa contratada para esse fim, devendo o produto ser analisado e fiscalizado pela DOO.

**Artigo 12** - Compete à DOO elaborar o cronograma de desembolso financeiro das empresas contratadas, após a licitação da obra.

**Artigo 13** - Compete à DOO auxiliar as demais áreas técnicas quando da elaboração dos projetos fornecendo subsídios quanto à definição dos serviços e/ou materiais a serem aplicados.

**Artigo 14** - Compete à DOO gerenciar a aquisição das tabelas referenciais dos preços de bens e serviços de engenharia, que servirão de base para a elaboração dos orçamentos de obras ou reformas de bens imóveis sob a responsabilidade do CEETEPS.

**Administração Central**  
Coordenadoria Geral de Infraestrutura

**Artigo 15** – Compete à DOO realizar vistorias técnicas e emitir relatórios, visando a elaboração de orçamentos referente às obras ou reformas de bens imóveis sob a responsabilidade do CEETEPS.

**Artigo 16** – Cabe à DOO identificar e fornecer os subsídios técnicos necessários para a gestão e o tratamento dos riscos inerentes às suas atividades. Compete também à DOO orientar e produzir informações gerenciais que apoiem a tomada de decisões da Coordenadoria Geral de Infraestrutura (CGINF) e da Coordenadoria de Engenharia (CENG), no âmbito de suas respectivas atribuições.

Parágrafo único - Cumpre à DOO, orientar as demais áreas administrativas do CEETEPS e Unidades de Ensino, no que tange às suas atribuições.

**Artigo 17** - Compete à DOO fornecer subsídios técnicos à CGINF e à CENG, nas demandas oriundas do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP), Ministério Público e demais entes e órgãos públicos, no que tange às suas atribuições.

**Artigo 18** - Os procedimentos adotados para o cumprimento das suas atribuições serão estabelecidos por meio de instrução de serviços editada pela DOO, observando as normas aplicáveis.

## **TÍTULO IV – DOS ATOS PRATICADOS PELA DIVISÃO DE OBRAS**

**Artigo 19** - A Divisão de Obras (DO) tem por obrigação e responsabilidade a execução das atribuições contidas no artigo 103, da Portaria CEETEPS-GDS nº 4547, de 29 de julho de 2025, nos termos do presente ato normativo e da instrução de serviços editada pela DOB, além de outras oriundas de delegação.

**Artigo 20** - Compete à DO fiscalizar a execução dos contratos de obras de construção, de reformas e demais serviços de engenharia, sob a responsabilidade do CEETEPS.

§ 1º - Poderá ser realizada a delegação da atribuição de fiscalização da execução de obras de construção, de reformas e demais serviços de engenharia, por designação específica, a determinado(s) agente(s) público(s) com função(ões) administrativa(s).

§ 2º - Em relação às obras em execução, decorrentes de convênios, compete à DOB verificar se os serviços executados estão em conformidade com os projetos elaborados, dentro do prazo estipulado, com a qualidade esperada, mediante a visita técnica e posterior emissão de relatório técnico a ser encaminhado ao setor de convênios bem como solicitar a entrega dos projetos aprovados nos órgãos competentes na conformidade das cláusulas previstas no convênio.

**Administração Central**  
Coordenadoria Geral de Infraestrutura

**Artigo 21** - Compete à DO realizar vistorias técnicas e emitir relatórios, no que tange às suas atribuições e/ou para o atendimento das necessidades da CGINF.

**Artigo 22** - Compete à DO analisar e gerenciar a titularidade, o consumo e as instalações de energia elétrica das Unidades de Ensino do CEETEPS.

Parágrafo único - Cumpre à DO realizar a gestão dos contratos firmados pelo CEETEPS com as empresas concessionárias de energia elétrica.

**Artigo 23** - Cabe à DO identificar e fornecer os subsídios técnicos necessários para a gestão e o tratamento dos riscos inerentes às suas atividades. Compete também à DO orientar e produzir informações gerenciais que apoiem a tomada de decisões da Coordenadoria Geral de Infraestrutura (CGINF) e da Coordenadoria de Engenharia (CENG), no âmbito de suas respectivas atribuições.

Parágrafo único - Cumpre à DO, ainda, orientar as demais áreas administrativas do CEETEPS e Unidades de Ensino, no que tange às suas atribuições.

**Artigo 24** - Compete à DO produzir e prestar informações ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP), ao Ministério Público e demais entes e órgãos públicos, no que tange às suas atribuições.

**Artigo 25** - Os procedimentos adotados para o cumprimento das suas atribuições serão estabelecidos por meio de instrução de serviços editada pela DO, observando as normas aplicáveis.

## **TÍTULO V – DOS ATOS PRATICADOS PELA DIVISÃO DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO PREDIAL DAS UNIDADES DE ENSINO**

**Artigo 26** - A Divisão de Conservação e Manutenção Predial das Unidades de Ensino (DCMP) tem por obrigação e responsabilidade a execução das atribuições contidas no artigo 104, da Portaria CEETEPS-GDS nº 4547, de 29 de julho de 2025, nos termos do presente ato normativo e da instrução de serviços editada pela DCMP, além de outras oriundas de delegação.

**Artigo 27** - Compete à DCMP planejar, organizar, dirigir e controlar as ações de conservação predial de bens imóveis das Unidades de Ensino sob a responsabilidade do CEETEPS, sob a responsabilidade do CEETEPS.

**Artigo 28** - Compete à DCMP organizar e gerenciar os trabalhos regionais de infraestrutura (Civil e Elétrica);

**Artigo 29** - Cabe à DCMP promover encontros técnicos para alinhamento dos trabalhos regionais de infraestrutura (Civil e Elétrica);

**Administração Central**  
Coordenadoria Geral de Infraestrutura

**Artigo 30** - Compete à DCMP elaborar o plano de ação anual das equipes de conservação e manutenção predial, incluindo o descritivo das tarefas, os procedimentos a serem seguidos e as metas a serem alcançadas;

**Artigo 31** - Compete à DCMP realizar vistorias técnicas e emitir relatórios, no que tange às suas atribuições e/ou para o atendimento das necessidades da CGINF.

**Artigo 32** - Cabe à DCMP identificar e fornecer os subsídios técnicos necessários para a gestão e o tratamento dos riscos inerentes às suas atividades. Compete também à DCMP orientar e produzir informações gerenciais que apoiem a tomada de decisões da Coordenadoria Geral de Infraestrutura (CGINF) e da Coordenadoria de Engenharia (CENG), no âmbito de suas respectivas atribuições.

Parágrafo único - Cumpre à DCMP, ainda, orientar as demais áreas administrativas do CEETEPS e Unidades de Ensino, no que tange às suas atribuições.

**Artigo 33** - Compete à DCMP produzir e prestar informações ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP), ao Ministério Público e demais entes e órgãos públicos, no que tange às suas atribuições.

**Artigo 343** - Os procedimentos adotados para o cumprimento das suas atribuições serão estabelecidos por meio de instrução de serviços editada pela DCMP, observando as normas aplicáveis.

## **TÍTULO VI – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Artigo 35** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições normativas em sentido contrário.

São Paulo, 21 de outubro 2025.

Thatyana Regina Fernandes  
Coordenadora